O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 16 | Nº 47 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.10206855

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

POR UMA CATEGORIZAÇÃO DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO SEGUNDO MÁRIO TRAVASSOS E GOLBERY DO COUTO E SILVA

Vitor Stuart Gabriel de Pieri[1]

Marcos Antonio Fávaro Martins[2]

Maria Cristina Cacciamali[3]

Resumo

Este trabalho, constitui uma avaliação crítica do pensamento geopolítico brasileiro durante a "Fase desenvolvimentista" (1930-1985). Nosso objetivo será identificar contrapontos e pontos de convergência entre dois pensadores clássicos da Geopolítica nacional, que são Mário Travassos (1891-1973) e Golbery do Couto e Silva (1911-1987). Para tanto a metodologia em uso será a "Teoria da hegemonia" de Antonio Gramsci (1891-1937), que enquadra os dois autores como formuladores de uma concepção de mundo útil para o projeto estatal então em curso. A conclusão que o estudo chega é que Golbery complementa as ideias de Travassos, tomando emprestado sua percepção continental da América do Sul e aprimorando ela com uma visão insular.

Palavras-chave: Brasil; Geopolítica; Golbery do Couto e Silva; Mário Travassos.

Abstract

This work constitutes a critical assessment of Brazilian geopolitical thought during the "developmental phase" (1930-1985). Our objective will be to identify counterpoints and points of convergence between two classic thinkers of national Geopolitics, which are Mário Travassos (1891-1973) and Golbery do Couto e Silva (1911-1987). To this end, the methodology in use will be the "Theory of hegemony" by Antonio Gramsci (1891-1937), which frames the two authors as formulators of a conception of the world useful for the state project then underway. The conclusion that the study reaches is that Golbery complements Travassos' ideas, borrowing his continental perception of South America and improving it with an island vision.

Keywords: Brazil; Geopolitics; Golbery do Couto e Silva; Mário Travassos.

INTRODUÇÃO

O nosso trabalho tem por objetivo revisitar, discutir e comparar as concepções geopolíticas de dois clássicos do pensamento brasileiro: a concepção continental de Mário Travassos e a concepção insular de Golbery do Couto e Silva. Trata-se, portanto, de um trabalho teórico conceitual cujo campo de estudos é o pensamento geopolítico brasileiro.

Essas duas cosmovisões (a de Travassos e de Golbery) quando sobrepostas, descrevem o entorno estratégico brasileiro, onde saltam aos olhos os dois cenários que o Estado brasileiro foi chamado a

[1] Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: vitorpieri@gmail.com

[2] Professor da Universidade Paulista (UNIP). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: marcosfavaro02@gmail.com

[3] Professora da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: caciamalli@usp.br

atuar. De um lado, o cenário continental, onde o país se projeta com imponência e é sempre lembrado pela sua fronteira terrestre que só não se avizinha com o Equador e o Chile, na América do Sul; de outro lado, o Atlântico Sul, pouco estudado pelos brasileiros e elo de integração do país com o mundo, o Atlântico Sul nos projeta para o continente africano e para a Antártica. Este fato da nossa existência nacional torna os autores discutidos aqui indispensáveis para discussões atuais, como a delimitação do entorno estratégico brasileiro.

Assim, nosso trabalho será desenvolvido em torno de duas fontes principais: o livro *"A projeção continental do Brasil"*, de Mário Travassos, cuja primeira edição de 1931 foi publicada com o título *"Aspectos geográficos sul-americanos"* e *"Geopolítica do Brasil"* de Golbery do Couto e Silva, cuja primeira edição, intitulada *"Aspectos geopolíticos do Brasil"* data 1957. O que estes livros têm de especial para justificarem um trabalho científico?

Tanto Travassos quanto Golbery foram dois importantes geopolíticos brasileiros, citados amplamente nos manuais que se debruçam sobre o tema. Quando escrevemos isso, nós assumimos que os dois autores são formuladores de *"concepções geopolíticas"* que constituem em grandes abstrações sobre a evolução do Estado Nacional a partir de suas condições territoriais.

Isso dá ao pensamento geopolítico um caráter dual, de ser ao mesmo tempo um plano de ação e uma ideologia, ensinada de geração em geração impelida por um senso de justiça parcial demonstrado a partir de um mapa. Nesse sentido, ao longo da história Estados justificam suas reclamações territoriais a partir de suas concepções geopolíticas, como é o caso mais citado, da Alemanha das décadas de 1930 e 1940.

O fato da Geopolítica poder ser apresentada como uma "concepção de mundo" nos faz retomar as ideias do italiano Antonio Gramsci que defendeu que tanto as elites políticas como as elites econômicas tem a propensão de exportar os seus valores para as classes subalternas, objetivando com isso a universalização de suas ideias em detrimento das ideias populares, em um fenômeno chamado *"Hegemonia*", descrita como a situação que as classes subalternas passam acreditar na concepção de mundo da classe dominante, facilitando com isso a sua dominação e controle (GRAMSCI, 1984, p. 26).

Para um Estado manter a sua autoridade, ele cria a sua própria concepção de mundo, baseada em uma interpretação particular da história nacional e em um farto capital simbólico representado nos hinos, na heráldica de na numismática pátria. Nesse sentido, o mapa e a interpretação que se faz dos mapas, tem um significado especial no sentido de educar um povo em torno das grandes questões nacionais. A escola pública acaba por ser uma importante agência no sentido de difundir e perpetuar tais valores.

Dito isto, não é difícil entender por que nossos dois autores foram escolhidos para serem comentados neste trabalho: tanto Travassos como Golbery foram *intelectuais*, no sentido gramisciano do termo. Para Gramsci, todo pensador, seja ele acadêmico ou não, mas que formula a concepção de mundo de um determinado grupo, tem um papel especial no processo político, uma vez que ele pensa nas ideias e nos valores que representam seu grupo, e que vão tentar se universalizar nos estratos subalternos da sociedade em busca da hegemonia.

Tanto Travassos como Golbery do Couto e Silva são militares, o que não quer dizer que eles compõem exatamente o mesmo grupo político. Travassos está ligado ao positivismo varguista; Golbery ao grupo de militares que construíram a ditadura de segurança nacional dos anos de 1960. Existem diferenças e paralelismos na construção das duas concepções geopolíticas, motivo pelo qual escrevemos este trabalho.

O nosso estudo está estruturado em quatro etapas: em primeiro lugar nós apresentamos ao leitor uma revisão bibliográfica, em segundo lugar nós enquadramos a concepção continental de Travassos como objeto de discussão; na terceira exploraremos a cosmovisão insular e hemisférica de Golbery; e finalmente, na terceira argumentaremos em prol da harmonia e natureza integrada que existem entre essas duas cosmovisões.

REVISÃO DA LITERATURA

Nos últimos dez anos, os estudos do pensamento geopolítico passaram por desenvolvimento considerável. Neste período os estudos da teoria geopolítica saíram do âmbito do pioneirismo e um número maior de interessados começaram a pesquisar e a debater as ideias dos geopolíticos dos países de capitalismo central (como é o caso de Alfred Mahan, Halford Mackinder e Nicholas Spykman) como também os pensadores da Geopolítica brasileira, que é o tema deste estudo.

Desde a publicação em 2017 de "*Geopolítica e poder mundial: o anti-Golbery*" (MARTIN, 2018), pelo professor André Martin, o campo de estudos sobre a Geopolítica do Brasil parece estar consolidado. Como o próprio título sugere, o "Anti-Golbery" é uma análise à "Geopolítica dos hemiciclos" de Golbery do Couto e Silva, feita à luz de um novo momento histórico, momento este que os povos meridionais se esforçam para romper com os liames de sujeição impostos pelos países de capitalismo central. Muito mais do que uma desconstrução da concepção geopolítica de Golbery, o livro do professor Martin traz uma epistemologia nova, uma nova concepção geopolítica que foi pensada por Martin durante anos: trata-se da *"Teoria do meridionalismo"*.

A Teoria do meridionalismo concebe que os povos do hemisfério sul possuem uma identidade política própria – identidade esta marcada pela dependência econômica e pelos traumas sociais causados pelo colonialismo. Esses problemas, são na verdade vetores para o alinhamento de interesses e a criação de um conceito estratégico comum.

O trabalho do professor André Martin foi um divisor de águas para uma nova produção da geopolítica brasileira, na medida que oferece uma orientação teórica nacional para futuras pesquisas sobre questões correlatas.

O conceito de meridionalismo, não representa uma ruptura ao pensamento geopolítico clássico, antes disso, é a sua valorização, a sua atualização e a sua ressignificação para que os povos que sofreram com o colonialismo tenham instrumentos para pensar o seu lugar no mundo. Em 2019, André Martin e Marcos Fávaro (FÁVARO MARTINS; MARTIN, 2018) escreveram o artigo "*O retorno da Geopolítica e a atualidade de Ratzel: notas sobre um debate brasileiro*" onde se debate a influência ratzeliana ao meridionalismo e à teoria autonomista de Samuel Pinheiro Guimarães.

Imbuído no mesmo esforço de desenvolvimento do meridionalismo, Rafael Regiani escreve *"Meridionalismo: o novo paradigma da geopolítica brasileira?"* (REGIANI, 2020). O autor defende o Meridionalismo como uma *"Geoideologia"* complementar a outras duas Geoideologias que são o *Eurasianismo* russo e o *Atlantismo* anglo-americano. Regiani faz uma análise da política externa dos governos do PT (2003 – 2016), argumentando que a *"política externa sul-sul"* dos governos petistas tiveram um paralelismo parcial com os postulados do meridionalismo do professor Martin (REGIANI, 2020, pp. 59-60).

Ainda no ano de 2018, Marcos Antônio Fávaro Martins publica o livro *"Construtores da Geopolítica sulamericana"* (FÁVARO MARTINS, 2018), que explora as origens do pensamento de Mário Travassos em um estudo comparativo entre as ideias de Travassos e do geopolítico espanhol Carlos Badia Malagria (1890-1937). Para Marcos Fávaro, as ideias de Badia Malagrida são a principal fonte intelectual para as ideias travavassianas.

Em 2018, André Nassim de Saboya publica um artigo na *"Revista de Geopolítica"* intitulado *"O pensamento de Mario Travassos e a política externa brasileira"* (SABOYA, 2013). Neste trabalho, o autor investiga as influências de Mário Travassos sobre a política externa brasileira e sobre o pensamento diplomático brasileiro das décadas de 1930 e 1940. O autor argumenta que Travassos delineou o conceito estratégico brasileiro para a época, marcado pela ocupação do território nacional e obstrução do projeto territorial argentino (SABOYA, 2013, p. 45-46).

Uma iniciativa para a discussão do pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva é encontrado no artigo *"O pensamento da geopolítica de Golbery Couto e Silva"* publicado por Elane Lopes Monteiro na *"Revista de Geopolítica transfronteiriça" (*MONTEIRO, 2020).

Caio Cursini publicou uma interessante pesquisa sobre as formulações de Carlos de Meira Mattos cujo título *"Os artigos de Carlos Meira Mattos no Correio Paulistano entre os anos de 1948 a 1949"* analisa as ideias do autor quando jovem, e o papel do *"Correio paulistano"* como difusor das ideias geopolíticas que seriam, mais tarde, um componente importante dos ideário da Escola Superior de Guerra (CURSINI, 2022, p.04).

Matheus de Oliveira Souza e Paulo Gilberto Fagundes Visentini também revisitaram o pensamento de Carlos de Meira Mattos e da professora Therezinha de Castro (1930-2000) no artigo *"A importância geoestratégica do Nordeste brasileiro no pensamento de Therezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos".* Como o título sugere, o trabalho resgata as avaliações que Therezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos fizeram a respeito da importância estratégica do saliente nordestino no contexto de suas respectivas obras.

Toda ciência social tem seus cânones, revisitados de geração em geração por estudantes que discutem suas ideias, seja para manter uma tradição de pensamento, seja para o estabelecimento da crítica. Desta forma, estudos como o que se apresenta cumpre a sua função de difundir a cultura estratégica nacional, no sentido de discutir os seus conceitos em busca da compreensão do imperativo estratégico nacional.

MÁRIO TRAVASSOS COMO O PAI FUNDADOR DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO CONTINENTAL BRASILEIRO

Em 1930 uma nova elite política ascendia ao poder no Brasil. Com efeito, aquilo que ficou conhecido como *"A revolução de 30"*, que levara Getúlio Vargas a ocupar a cadeira presidencial, dera ao país novas perspectivas, e condições de manter um planejamento estratégico por pelo menos cinquenta anos. Tal planejamento se ancorava no desenvolvimento industrial, na integração territorial que deveria redundar em maior autonomia nas relações internacionais, o que incluía o desenvolvimento do componente militar do poder nacional.

O Estado brasileiro saia então de uma condição de letargia que deu tom à política nacional depois da queda do império. Se no período imperial (1822-1888) se assistiu uma política externa violenta – quase uma réplica do estilo beligerante europeu – a primeira república (1889-1930) era marcada pela ineficiência, descrédito internacional e precariedade da visão estratégica. Foi apenas com a

ação do Barão de Rio Branco à frente do serviço diplomático que a república velha teve a frente de sua burocracia um agente de visão de longo prazo e consciência estatal mais profunda.

A geração da década de 1930 formou uma gama de intelectuais que lançaram as bases do pensamento social brasileiro a partir de então, o movimento que foi reforçado com a criação das primeiras universidades e do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, instituições que introduziram estudos para pensar as bases territoriais do Estado brasileiro. Um dos autores principais desse grande movimento de retomada dos objetivos estratégicos brasileiro é, paradoxalmente, um dos menos lembrados na nossa época. Vale a pena comentar nessas páginas a importância das suas ideias.

Da mesma que Celso Furtado foi um pensador da formação econômica, ou Darcy Ribeiro foi um pensador da cultura brasileira, Mario Travassos foi um pensador do território nacional e da relação que este tem com o seu contexto continental. Suas ideias, registradas primeiramente em *"Projeção continental do Brasil"* ganharam o complemento necessário em *"Introdução à geografia das comunicações no Brasil"* livro publicado em 1942, onde o autor aperfeiçoara suas ideias para um projeto viário transversal e plurimodal para o Brasil.

Certamente que *Projeção continental do Brasil* é um dos trabalhos brasileiros mais polêmicos. O livro ganhou prefaciadores e comentadores de relevo, tais como João Pandiá Calógeras (1870-1934), que recomendou a sua leitura aos *"(...) estudiosos, os que tem responsabilidade de governo",* dizendo ainda que *"(...) como eu, ao finalizar, o relerão."* (CALÓGERAS, 1947, p. 34). Já o historiador argentino Miguel Angel Scenna, escrevendo da década de 1970 e quase que complementando reforçando Calógeras escreveu que

> No começo da década de trinta apareceu no Brasil um livro singular que deveria de exercer uma profunda influência que chega aos nossos dias. Não foi por certo um best-seller comentado pela crítica, nem um sucesso literário de impacto direto. Passou despercebido para o grande público, não alcançou tiragens maciças, nem provocou comentários entusiásticos da imprensa dominical. Seu título era pouco propício para atrair leitores: *Projeção continental do Brasil* e seu autor um adusto e desconhecido capitão do exército brasileiro chamado Mário Travassos, duas condições pouco alentadoras para cobrir as vitrines das livrarias. Sem dúvida o livro foi lido e relido por quem devia lê-lo e de certa forma passou a ser o pilar teórico sobre o qual se levanta o Brasil de nossos dias (SCENNA, 1976, p. 323).

Com efeito, planejadores, políticos e militares recorreram ao livro. No Brasil como um instrumento de orientação para a política territorial; na Argentina como um manual do *sub imperialismo brasileiro*, que na década de 1970 chegava ao seu estado mais desenvolvido. Autores como o próprio Scenna, Juan Enrique Guglialmelli e Nicolás Boscovich se dedicaram não apenas à denúncia do valor político da obra Travassiana como também à sua desconstrução

Muito inspirado na tradição de pensamento deixada por Friedrich Ratzel (1844-1904) e na regionalização da América do Sul feita por Badia Malagrida (1890-1937), o autor vai demonstrar grande preocupação com a projeção geopolítica argentina na Bacia do Rio da Prata e com a desarticulação do território nacional. Uma segunda ordem de preocupações dizia respeito a projeção estadunidense pelo mar das Antilhas, sulcando o istmo do Panamá na primeira década do XX e chegando até a Amazônia brasileira por meio da bacia do Orinoco. (TRAVASSOS, 1947, p. 114).

Dois fatores determinantes do seu pensamento estão contidos no valor geopolítico das grandes bacias hidrográficas: por um lado o papel carreador dos grandes cursos d'água davam um papel fulcral para o Rio Amazonas e para o Rio da Prata que, historicamente serviram de rota para o comércio internacional e rota de interiorização; por outro, as cumeadas dos espigões divisores de água das bacias hidrográficas interrompiam essas vias de comunicações naturais, transformando a América do Sul em um todo compartimentado.

Resumida aos seus elementos, a regionalização que Travassos faz da América do Sul (Figura 1) pode ser assim descrita:

- *Bacia do Rio da Prata* – A bacia do Rio da Prata aparece em Travassos como o epicentro da pugna pelo poder na América do Sul. Por ser mais bem ocupada que a bacia do Amazonas ou do Orinoco, a Bacia do Rio da Prata é o núcleo da produção econômica da América do Sul. Foi na Bacia do Rio da Prata que o Brasil e a Argentina, ou seja, os dois maiores Estados Sul-americanos, se desenvolveram e lutaram pela supremacia regional. Desde o final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) a balança do poder pendia favoravelmente para o lado argentino e o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai eram satélites do poder argentino, cujo centro estava alocado em Buenos Aires. A capital argentina é, junto com Montevidéu, a cidade que guarda a foz da Bacia, posição essa que dava para a Argentina a vantagem de controlar os fluxos comerciais que circulavam pelo Rio Paraná;
- *Bacia do Rio Amazonas* – Se a Argentina era o Estado controlador da Bacia do Rio da Prata, o Brasil de figurava como o Estado Controlador da bacia do Rio Amazonas. Desde a colonização portuguesa nos séculos XVII e XVIII os luso-brasileiros controlaram a maior parte da extensão da Bacia Amazônica construindo fortificações na foz e nas margens estreitas do Rio Amazonas, o que deu ao Brasil o formato territorial muito parecido ao que tem em nossos dias. A Amazônia é apresentada como um paradoxo dentro do pensamento travassiano: por um lado, a bacia possui maior extensão e melhor posição geográfica ante aos fluxos de comunicação atlântica que a bacia platina; por outro, diferente da bacia do Prata, a bacia do Rio Amazonas constituía o anecúmeno geográfico, sendo as suas distâncias imensas intransponíveis tomadas pela selva e pelo clima tropical quase insalubre para o homem do sudeste. A capacidade do Estado brasileiro de vivificar as potencialidades naturais da Amazônia seria o ponto de decisão em relação à dominância da Argentina ao sul, como veremos adiante;
- *Cordilheira dos Andes* – A maior limitação do pensamento travassiano enquanto modelo interpretativo das relações internacionais diz respeito ao valor que ele atribuiu à Cordilheira dos Andes enquanto objeto de um pensamento estratégico. Importantes países da América do Sul como o Chile e o Peru aparecem como Estados pequenos, passíveis a serem satelitizados pela Argentina ou pelo Brasil, conforme fosse a evolução da dinâmica de forças sul-americanas. Sabemos nós que Peru e Chile foram Estados de projeção estratégica durante os séculos XIX e XX e que boa parte dos conflitos fronteiriços entre esses dois Estados permanecem latentes ainda em nossos dias. Em Travassos, o Peru e o Chile são os

mantedores das abertas andinas conhecidas como *"passos"* e *"nudos"*. Seriam essas que tornariam possível a ligação dos países do Pacífico com as Costas do Atlântico, o que só seria possível, evidentemente, com a implantação de grandes obras de infraestrutura pelo Brasil ou pela Argentina. Nesse interim, o Oceano Pacífico, especialmente o Pacífico Sul, aparece como um cenário estratégico de menor importância, o quê, de fato, é uma falha de concepção, como ficou demonstrado nas duas guerras mundiais.

- *Bacia do Rio Orinoco* – tanto o Rio Orinoco quanto o Madalena tem funções circulatórias importantes no nordeste da América do Sul, vinculando esse flanco setentrional da grande selva. Estes dois rios, em conjunto são os caminhos pelos quais os interesses econômicos estadunidenses penetram na Amazônia brasileira, usando como plataforma de operações o mar das Antilhas, chamado por Travassos de *"O mediterrâneo americano"* (TRAVASSOS, 1947, p. 106), sendo a interpretação que o autor faz da dominação dos EUA na América Central e Caribe algo particular.

Figura 1 – Esquema regional da América do Sul proposta por Mário Travassos Travassos



Fonte: Travassos (1947).

Essa regionalização é o tabuleiro em cima do qual o autor vê acontecer o grande jogo pelo domínio da América do Sul. Nele o Brasil é um jogador de vulto e é nele que o Brasil também está perdendo o jogo e perdendo a sua oportunidade histórica de ser o líder regional da América do Sul: era a Argentina a potência regional de então. Fora esse fato no flanco menos povoado do Estado brasileiro a república imperial dos Estados Unidos da América se infiltrava com o seu capital e com sua influência, para de lá nunca mais sair.

Também não é a compartimentação fisiográfica que o autor verifica um chamado para o imobilismo. Junto com o papel divorciador dos divisores de águas, estavam o papel vinculadores e polarizadores dos grandes rios e dos oceanos. Também como força transformadora das sociedades modernas, que tinham nos transportes os meios de transformação do espaço geográfico.

Na categorização travassiana, as forças geográficas de significação política são chamadas de *"Antagonismos geográficos"* e são de duas ordens (TRAVASSOS, 1947, p. 42-43):

- *Em primeiro lugar, existe o antagonismo que separam as costas Atlânticas das costas do Pacífico*: como já foi dito, para Travassos o oceano Atlântico é muito mais importante que o Pacífico Sul em termos geopolíticos. Isso acontecia porque o Atlântico era o caminho mais curto da América do Sul até os portos europeus e também porque as costas do Oceano Atlântico eram mais propensas ao assentamento de portos e de cidades do que o litoral do Pacífico Sul, praticamente todo tomado pela cordilheira dos Andes. Dessa condição derivava uma lei geopolítica que ditava que todo o Estado de costas pacíficas seriam impulsionados a buscar caminhos mais curtos para o Oceano Atlântico, isso colocava o Chile e o Peru como dependentes, de alguma forma, dos litorais da Argentina e do Brasil.
- *Em segundo lugar, existe a polarização que separam a bacia do Rio Amazonas da Bacia do Rio da Prata*: Um segundo antagonismo separava a Bacia do Rio Amazonas da Bacia do Rio da Prata. Se, por razão do primeiro antagonismo, os fluxos comerciais do subcontinente eram vetorizados do oeste para o leste dada a ação polarizadora do Oceano Atlântico; no segundo antagonismo esses fluxos eram divididos pela ação carreadora da bacia do Rio Amazonas e da Bacia do Rio da Prata. Assim sendo, A Bacia do Rio Amazonas possuía a vantagem de ter sua foz melhor situada em relação aos feixes de comunicação atlânticos, porém "perdia" em um sentido geral para a Bacia do Rio da Prata, uma vez que esta tinha toda sua extensão ocupada pela atividade econômica sistematicamente carreadas para um epicentro comum que é o porto de Buenos Aires.

Assim, Travassos vai ter uma visão panorâmica e dinâmica do jogo de forças sul-americanas. A compartimentação geopolítica do continente, animadas pelas relações funcionais oriundas dos *"antagonismos geográficos"* apontavam não apenas para um plano de ação estratégica do Brasil no subcontinente, mas também, desvendavam os grandes pontos de dissenso que foram causas de conflitos passados e potenciais causas de desavenças futuras. Esses pontos estão expressos na literatura travassiana com o nome de *"Signos de inquietação política"* (TRAVASSOS, 1947, p. 81-82).

Os signos de inquietação política se encontram no limite das regiões concebidas pelo autor. Nesses limites as forças promotoras dos antagonismos geográficos chegam aos seus limites o que acarretam tensões entre os Estados possuidores dessas frações de território. O principal signo de inquietação política está no altiplano boliviano, divisor de águas entre a Bacia do Amazonas e a Bacia do rio da Prata e o sopé da Cordilheira dos Andes.

Esse setor estratégico do continente, que o autor denominou *"divorcio aquário"* é onde a Bolívia tem o seu território assentado. É no divorcio aquário que os afluentes dos rios Amazonas e Paraná perdem a maior parte do seu potencial de navegabilidade. Isso torna a Bolívia um país ainda mais

isolado que o próprio Paraguai, sem acesso a um número suficiente de portos fluviais (O Paraguai, apesar de não possuir frente para mar, possui acesso à trechos navegáveis do Rio Paraná, o que não acontece com a Bolívia, que só acessa trechos rasos do rio, sem conseguir tirar dele aproveitamento para os transportes fluviais). A guerra do Pacífico (1879-1883) prostrou a Bolívia do seu acesso ao Oceano Pacífico, o que acentuou ainda mais a situação de isolamento do país.

Ligado ao seu isolamento, está a configuração heterogênea e pouco funcional do seu território: La Paz foi construída na região montanhosa do país, lugar em que habita a maior parte da população. Essa *core área* do poder nacional boliviano está praticamente isolada de outros dois flancos, praticamente desabitados. Ao nordeste temos a Bolívia amazônica, que pede uma saída pelo Atlântico via Amazonas começando pelo rio Mamoré; ao sul, o flanco platino do país, onde é imperativo o domínio da região paraguaia da "Baia negra", para se ter acesso aos portos do rio Paraná.

Por conta disso, a Bolívia não conseguia ter uma vida econômica independente dos países vizinhos. Dependia da Argentina, para ter saída para o Atlântico via Bacia do Rio Paraná ou, ainda que potencialmente, do Brasil, para ter saída para o Atlântico via Rio Amazonas.

É coisa certa que o Chile, ainda que muito menos citado que o Brasil e a Argentina, também participou da disputa pela satelitização da Bolívia. A consulta ao *"Tratado de paz y amistad"* entre Bolívia e Chile de 1904 revela que o Chile foi também um ator de importância na disputa pelo domínio do altiplano boliviano. Depois de castrar a Bolívia de sua província litorânea de Antofagasta, o Chile articulou a cidade de La Paz ao porto de Antofagasta, com o claro propósito de satelitizar a república do altiplano. O Chile, portanto, se adiantou em relação ao Brasil e a Argentina para o domínio da Bolívia.

Por esse motivo a república do altiplano seguiria seu percurso histórico obedecendo a um impulso pendular, ora sendo influenciada pela Argentina, em seu flanco Platino; ora sendo atraída pelo Brasil, pela vertente amazônica. Fora isso, pelo fato de ser formada com fragmentos tanto do Vice-reinado do Rio da Prata, como com fragmentos do Vice-reinado do Peru. Isso colocava a Bolívia no cruzamento das disputas entre Brasil e Argentina, de um lado, e do Peru e do Chile, do outro.

> O caso da Bolívia foi vulgarizado pelas próprias consequências da Guerra do Pacífico. Após todas as discussões em torno da sua triste situação de país mediterrâneo ficaram em franca evidência as verdadeiras causas de sua instabilidade. De um lado a sua vinculação geológica à estrutura andina, de outro sua oscilação diante as bacias lhe corroem os flancos – a amazônica e a platina. Com efeito; a situação da Bolívia é hoje das mais delicadas. Amarrada geologicamente à Cordilheira dos Andes, sofre diretamente os efeitos das discordâncias entre o Chile e o Peru. Trabalha pelas bacias amazônica e platina oscila, instável, entre Argentina e o Brasil (TRAVASSOS, 1947, p. 82-83).

O corolário dessa afirmação toca a dimensão estratégica da política internacional. Pela proposição o crescimento territorial de qualquer um desses grandes Estados da América do Sul

(Argentina, Brasil, Chile ou Peru) levaria a reação armada dos outros três, o que colocaria o continente em guerra.

O segundo signo de inquietação política seria o território do Uruguai. Criado com fragmentos do ex Vice-reinado do Rio da Prata, o território do Uruguai está geologicamente vinculado ao Brasil e, culturalmente, vinculado à Argentina. Não obstante o pequeno país tem uma importância das mais relevantes: Montevidéu guarda, mais do que Buenos Aires, o acesso ao estuário do Rio da Prata sendo que o seu domínio é um passo importante para o controle de toda a bacia hidrográfica. Fora isso, o Território do Uruguai representa uma barreira aos interesses brasileiros na bacia. Tal território provém de profundidade estratégica a capital da república Argentina e o seu domínio pelo Brasil representaria uma séria ameaça para a segurança da Argentina.

Por ser formado com um flanco do ex Vice reinado do rio da Prata o Uruguai era visto pela ala nacionalista da elite política argentina como uma porção legítima do território argentino. Todos esses fatores conjugados tornavam a questão da existência do Uruguai como uma questão latente de segurança internacional.

Em terceiro lugar, no norte e nordeste do subcontinente o complexo formado pelo Equador, pela Colômbia e pela Venezuela formavam um terceiro signo de inquietação política. Nessa região, muito mais vinculada ao Caribe do que à América do Sul (TRAVASSOS, 1942, p. 96) é por onde penetra a influência dos Estados Unidos, na forma da inversão de capital. Tal influência arrebatou da Colômbia o Panamá, onde foi construído um Canal biocêanico; antes disso o México havia perdido metade de seu território para os EUA, o que fazia do mar das Antilhas *"O mediterrâneo Americano"*.

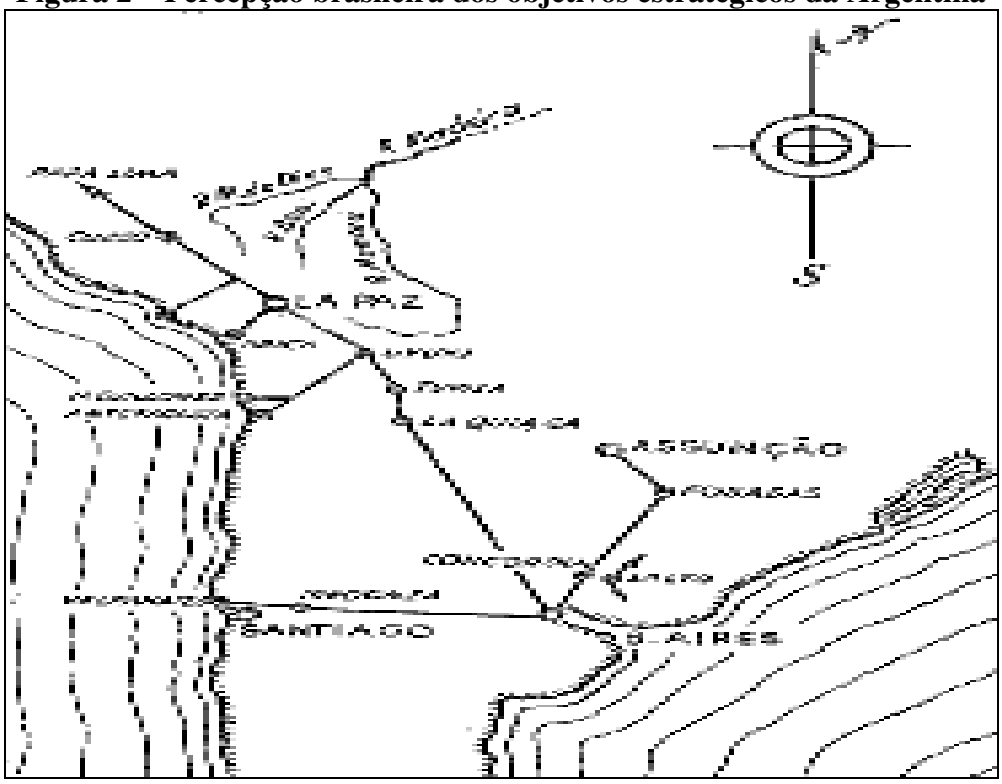
Essas considerações, feitas sem ambiguidade, põe Travassos no rol de autores anti-americanos, tal como fora Eduardo Prado (1860-1901), no final do século XIX. Travassos teme que o extravasamento do capital estadunidense para o flanco norte da Amazônia brasileira, ameaçando todo o setor setentrional do território nacional.

A América do Sul era então concebida como um complexo politicamente instável, desorganizada e sujeita a interesses alienígenas; ao mesmo tempo que o Brasil se via ameaçado tanto em seu setor amazônico, pelos interesses estadunidenses, quanto em seu setor platino pela Argentina.

Se por um lado, o imperialismo dos EUA era "(...) *servidão contra a qual inutilmente se debatem os que contra ela se revoltam*" (TRAVASSOS, 1947, p. 106), por outro os interesses da Argentina poderiam ser contrapostos pelo Brasil. A Argentina era, em idos dos anos de 1910, uma das economias mais prosperas do mundo (MELLO, 1996). O sucesso da atividade agropecuária depois da unificação do Estado em 1861, tornara o país uma potência regional, com projeção para o Atlântico Sul e para a Antártida e para a bacia do rio da Prata.

Para se projetar para o Atlântico Sul, a Argentina contava com um dos principais aparatos navais da época; para se projetar na bacia do Rio da Prata, o principal instrumento de poder argentino era o plano ferroviário que, disposto em forma de leque, conseguia ligar as principais cidades do Paraguai, do Uruguai e o porto de Valparaiso ao porto de Buenos Aires (figura 2). Isso dava imensa capacidade para a república argentina, uma vez que os trilhos não só tornavam possível o escoamento dos bens econômicos produzidos pelos países da Bacia, como também possibilitava o deslocamento de forças terrestres para pontos vitais do interior do continente.

Figura 2 – Percepção brasileira dos objetivos estratégicos da Argentina



Fonte: Travassos (1947).

O plano ferroviário Argentino, era na verdade, um paradoxo geopolítico. Reforçando as capacidades hidroviárias dos rios da bacia, o plano integrava ferrovias que foram construídas na segunda metade do século XIX em diferentes países platinos. Se por um lado o sistema como um todo era um reforço às aspirações territoriais da argentina, por outro, ele era uma consequência à inversão do capital ferroviário inglês na região. A Inglaterra era desejosa de tornar mais barato o transporte dos víveres produzidos pelos países platinos no mercados ingleses. No final dos anos de 1940 o governo Perón estatizou o sistema ferroviário, o que deu mais consistência aos argumentos de Travassos. Mas qual era a posição do autor sobre o sistema ferroviário argentino?

Para Travassos o sistema ferroviário representava uma espécie de moldura em cima da qual poderia acontecer o expansionismo territorial argentino. No prefácio da edição de 1947 de *"Projeção continental do Brasil"* o autor deixa claro que o sistema ferroviário é o prelúdio da unificação dos Estados hispânicos da bacia do Rio da Prata, sob a liderança de Buenos Aires (TRAVASSOS, 1947, p. 19-20). O surgimento de um grande Estado em um flanco pouco habitado do Brasil era, de fato, uma preocupação das elites brasileiras da época (BANDEIRA, 1998, p. 168).

O livro de Travassos foi escrito em forma de ensaios, durante de 1920. O trabalho, em si, é uma resposta a convenção Carrillo- Gutierres firmado em 1922 entre os governos da Argentina e da Bolívia. A convenção, arquitetada pelo diplomata e geopolítico argentino Horacio Carrillo (1887-1955) acordava a construção, com dinheiro público argentino, de uma ferrovia que ligava a cidade boliviana de Yacuiba, na região platina da Bolívia, a cidade de Santa Cruz de la Sierra, já no começo da região amazônica da Bolívia. Yacuiba era uma cidade de "ponta de trilhos" no limite do sistema ferroviário argentino, o seu prolongamento até a bacia do rio Amazonas daria para a Argentina acessos, ainda que parciais, à Amazônia Brasileira, com prejuízo para o Brasil.

O autor então notou que o jogo de forças no subcontinente poderia ser decidido no triângulo formado pelas cidades de Sucre, Santa Cruz de la Sierra e Cochabanba, podendo o Brasil, a partir dos esforços já iniciados pela construção da ferrovia Madeira-Mamoré, articular a cidade de Cochabamba à rede de rios amazônicos, o que induziria o desenvolvimento da bacia amazônica e neutralizaria os efeitos estratégicos do plano ferroviário argentino.

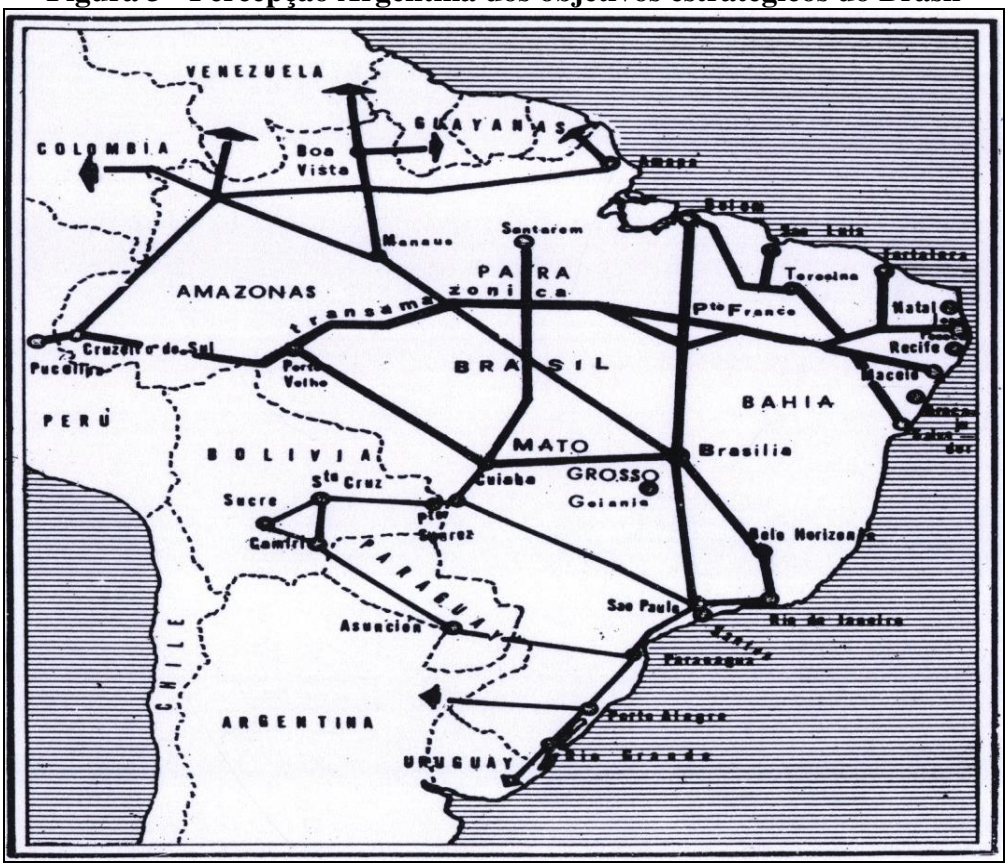
O *"triangulo estratégico boliviano"*, como chamou Travassos o conjunto dessas três cidades, seria o cruzamento de todos os sistemas de comunicações possíveis que tivesses condições de integrar a América do Sul. Localizado axialmente sobrepondo-se ao divórcio aquário boliviano, o triângulo estratégico era o ponto de cruzamento das linhas de menor resistência sul americanas, o ponto onde as quatro regiões geopolíticas anteriormente descritas poderiam ter o seu ponto de soldadura. E era a missão histórica do Brasil organizar essa junção, para a Argentina não o fazer.

A grande vantagem brasileira em relação aos argentinos, estava na posição de cada território em relação ao continente. O único porto argentino de verdadeira significação geopolítica era o de Buenos Aires. Os portos meridionais da argentina se projetavam sobre território pátrio, chegando a alcançar, porém não a influenciar o território Chileno. Já o Brasil possuía uma forma compacta, com longas costas ricas em portos e rios navegáveis que influenciava um número maior de países, dentro das quatro regiões geopolíticas já citadas. O autor chamou de *"Brasil Longitudinal"* (TRAVASSOS, 1947, p. 159) essa capacidade oferecida pela extensão e projeção das costas brasileiras, que poderiam atrair as cidades mais importantes do interior do continente para as costas brasileiras.

Outro ponto marcante que dá característica ao pensamento do autor, e que vai se mostrar uma grande influência na política pública, principalmente no contexto do *plano de metas* do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que é a opção por um plano pluralista de meios de transporte, que combinasse as rodovias, com as hidrovias com o transporte rodoviário. A simpatia pelo rodoviarismo, é muito mais explicita e ocupa mais espaço em *"Introdução a geografia das comunicações brasileiras"*. O livro desenvolve o argumento que os transportes rodoviários são mais adequados para o Brasil, pela sua rápida implantação. A celeridade na implantação de um sistema logístico era essencial no contexto de disputas com a Argentina: o concorrente do sul já havia assentado a sua cadeia de transportes e estava muito à frente do Brasil no sentido de satelitizar os estados do interior do continente.

Denso, sintético e influente, Travassos expressou o que era os interesses prementes no Brasil. Vindo ao público no começo dos anos de 1930, o livro ecoou por décadas e sustentou um plano de infraestrutura que terminou por "roubar" da Argentina a influência sobre o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia (figura 3). Suas ideias vão ser complementadas por Golbery do Couto e Silva, como veremos adiante.

Figura 3 - Percepção Argentina dos objetivos estratégicos do Brasil



Fonte: Guglialmelli (1978).

GOLBERY DO COUTO E SILVA: VISÃO INSULAR BI-HEMISFÉRICA NO CONTEXTO DA SEGURANÇA COLETIVA

É preciso se cercar de cuidados quando se comenta a cosmovisão de Golbery do Couto e Silva, uma vez que nenhum autor brasileiro está tão vinculado a um contexto como este. Qual Território? Que estratégia?. O fato de Golbery ter sido treinado nos EUA para atuar na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) como oficial de inteligência certamente vai ser um fator influenciador de suas opiniões, fortemente pró ocidentais.

Membro da primeira geração da *Escola Superior de Guerra* (ESG), o autor foi por décadas a voz dessa instituição para a sociedade. O autor escreveu em opúsculos que incialmente foram publicados em forma de artigo de revistas, posteriormente compilados nos livros *"Planejamento estratégico"* (1955) e, principalmente, *"Geopolítica do Brasil"* (1966), que teve três edições com títulos diferentes. Os textos originais foram publicados no contexto de atividades da Escola Superior de Guerra da década de 1950.

Quando comparado a Travassos, o que salta aos olhos é a diferença de contexto. As quase três décadas que separam as publicações de Travassos das publicações de Golbery foram anos em que a sociedade internacional mudou completamente por conta da Segunda Guerra Mundial. As décadas de 1920 e 1930 se caracterizaram por um contexto internacional multipolar oriundo da decadência da era vitoriana, o que era vantajoso para a América Latina. A decadência da Inglaterra e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) tornou possível o processo de substituição de importações latino-americano, como também, possibilitou a essa nova classe de Estados tomar partido da discordância reinante entre os países de capitalismo central para fazerem aquilo que Amado Cervo Chamou de *"diplomacia de barganha"* (CERVO, 2013).

A década de 1950 foi caracterizada por alinhamentos rígidos dentro de uma polarização bem definida entre EUA e URSS. Nesse contexto o autor vai defender um alinhamento incondicional com os Estados Unidos, onde o Brasil deveria tomar parte em favor do ocidente *"cristão e democrático"* contra o império *comunista e ateu* da URSS.

Outro ponto que separa Travassos de Golbery diz respeito ao estado de evolução dos meios de destruição disponível aos grandes Estados. A segunda Guerra Mundial havia transformado a guerra de trincheiras da Primeira Guerra Mundial na guerra das máquinas. Diferente do mundo de Travassos, o mundo de Golbery era marcado pelos navios aeródromos, pelos bombardeios de longo alcance, pelos mísseis transcontinentais e, pela arma atômica.

Spykman já havia anunciado, em 1941 (SPYKMAN, 1944), o papel político do aumento da produtividade dos meios de destruição e esses ensinamentos são acolhidos por Golbery de uma maneira especial. O fato de só as grandes potências possuírem esses artefatos de destruição apontava para um futuro catastrófico para os Estados pequenos, que primeiro se tornariam vassalos das grandes potências, para depois serem absorvidos por novas unidades internacionais, semelhantes aos estados modernos, porém de proporções continentais.

Essa interpretação pessimista da política internacional é influenciada pelas leituras dos livros de Ratzel e de Haushofer, que defendiam que o crescimento territorial desenfreado era uma característica inevitável dos Estados bem sucedidos. Sendo assim, conforme o desenvolvimento tecnológico e o crescimento territorial dos grandes Estados se processava, menos valor político e estratégico teria os pequenos Estados, que seriam reduzidos a *"Estados pigmeus"*. O horizonte histórico dessa dinâmica seria aquilo que o autor chamou de *"era continental"*, cuja culminância seria uma sociedade de grandes Estados de proporções continentais

Fica claro que o autor vê o mundo da Guerra Fria como um embrião da Era Continental, uma vez que a URSS formava uma grande unidade territorial no coração da Eurásia, com grande potencial para tomar toda a Europa Ocidental, Oriente Médio e extremidades da Ásia. Os EUA, que formaram um grande patrimônio territorial de forte vocação expansionista na América do Norte do século XIX, expandiu sua influência pelo Atlântico e pelo Pacífico, encravando a influência do seu império nas extremidades da Eurásia, impedindo que a URSS tomasse todo o grande continente.

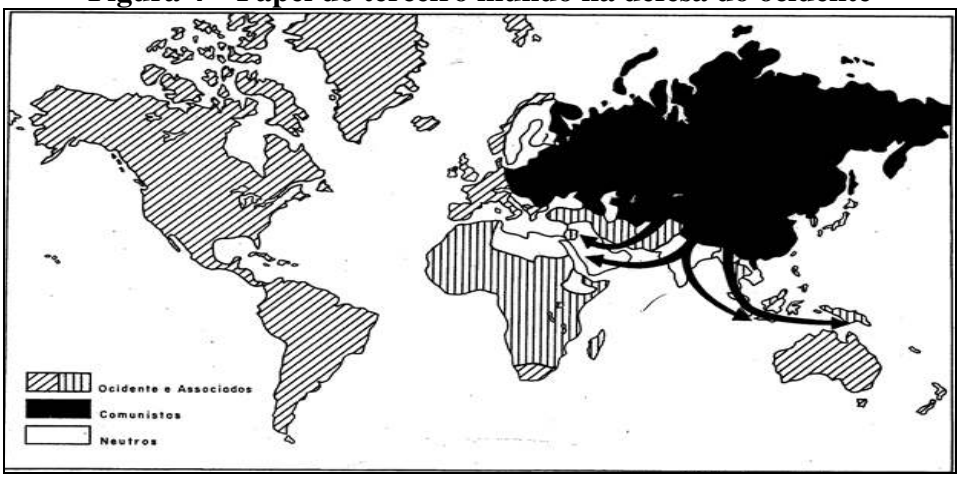
Ainda que não fique clara na argumentação do autor sobre o destino geopolítico do Brasil na formação da Era continental, Golbery tem posicionamento claros no que toca o posicionamento brasileiro na confrontação bipolar. O autor conseguiu observar, com um grau elevado de diagnose, que a plataforma de transbordamento do poder nacional soviético seria o Oriente Médio.

Para enclausurar a URSS dentro da Eurásia os EUA reconstruiu com fundos próprios a Alemanha e o Japão, e formou uma rede complexa de alianças, cujas principais congregações era a *"Organização do Tratado do Atlântico Norte"* (OTAN); a *"Organização do Tratado Central"* (CENTO, ou *"Pacto de Bagdá"*) e a *"Organização do Tratado do Sudeste Asiático"* (OTASE, ou" Pacto *de Manilha"*). Essa espécie de 'cordão sanitário sobre a URSS tinha como elo fraco a CENTO que entrou em crise com a Revolução Iraquiana de 1958, para deixar de fato de existir com a defecção do Irã em 1978.

A possibilidade de transbordamento da influência soviética pelo continente africano fazia do Terceiro Mundo o pomo de decisão da Guerra Fria e colocava o Atlântico Sul como a retaguarda estratégica da OTAN (figura 4). O que vinculava o território brasileiro ao contexto de disputas: com

efeito a cidade de Natal, no nordeste brasileiro é o ponto das Américas mais próximo do continente africano da mesma forma que a linha reta traçada entre a Cidade de Natal e a cidade de Dakar, no Senegal, representa a área mais estreita do Atlântico. Esse fato teve imensa importância estratégica na Segunda Guerra Mundial, essa importância foi exponenciada na década de 1950, com a melhoria das divisões blindadas e dos meios aéreos e aeroterrestres com que podiam contar os soviéticos no começo da Guerra Fria.

Figura 4 – Papel do terceiro mundo na defesa do ocidente



Fonte: Silva (1981).

Nesse sentido a ameaça que a URSS poderia causar ao Brasil era apenas indireta, uma agressão direta ao território brasileiro por parte dos soviéticos só seria possível só seria possível com a instalação de forças aeronaval soviéticas nas costas atlânticas da África, o que não era possível a curto prazo.

O autor então lançou uma concepção destinada a se tornar histórica: fazendo uso de uma projeção azimutal equidistante de Soukup – onde o triângulo formado pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte são dispostas no centro do planisfério – o autor desenhou dois *"Hemiciclos"*: o primeiro, de um raio de 10 000 quilômetros, chegava até as costas atlânticas da África e, o segundo, de 15 000 quilômetros, chega na periferia meridional da Eurásia, flanco sul da região estratégica que Nicholas Spykman chamou de *Rimland*. O primeiro hemiciclo é o entorno estratégico do Brasil; o segundo hemiciclo é a área de interesse imediata da URSS, onde ocorre a decisão do que, certamente, foi a grande disputa do século XX e de onde poderia advir as ameaças para o Brasil (SILVA, 1981, p. 82 - figura 5).

No caso da URSS conseguir se estabelecer no continente africano (SILVA, 1981, p. 131), o Atlântico Sul estaria vulnerável ao poder militar comunista sendo que, a tomada da América do Sul levaria ao flanqueamento dos Estados Unidos pelo sul, oferecendo também uma ameaça eminente as

linhas marítimas de comunicação que vinculavam a América do Norte a Europa. Por esse motivo, Golbery vai propor um novo foro de defesa coletiva, complementar aquele da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Figura 5 – Os "Hemiciclos" de Golbery do Couto e Silva

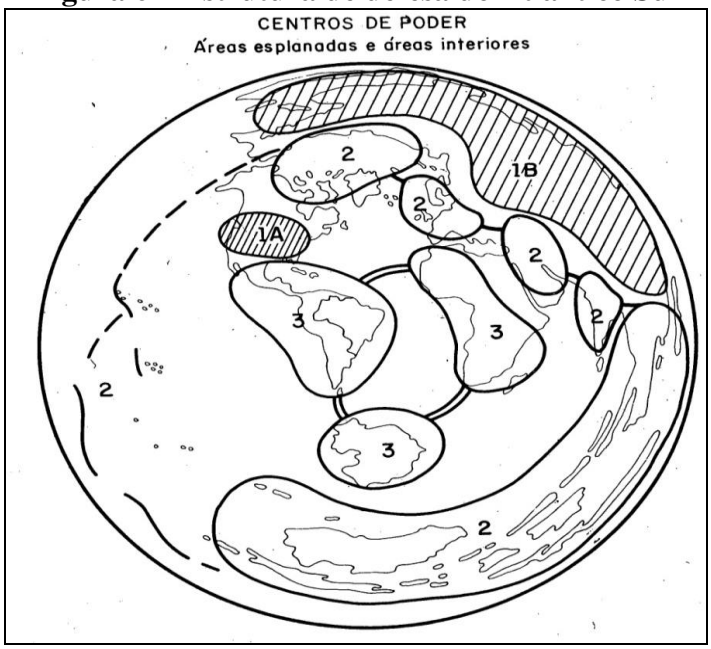


Fonte: Silva (1981).

Essa nova organização deveria zelar pela segurança do *"Triângulo estratégico"* formado por três continentes: a América do Sul, a África e a Antártida (figura 6). Nesse complexo geopolítico, que resguardava de uma forma "natural" o atlântico norte de uma potencial projeção marítima soviética para o oceano Índico e o Oceano Pacifico. Nessa região do mundo, poucos países teriam condições de ser um aliado viável aos EUA, sendo que os únicos que possuíam potencial de guerra suficiente para alicerçar uma política armamentista seria a África do Sul, a Argentina e o Brasil.

Por isso, boa parte da argumentação de Golbery evolui no sentido de apresentar o Brasil como o *"sócio preferencial"* dos Estados Unidos no Atlântico Sul. A África do Sul consumida pelo Apartheid e a Argentina entregue ao populismo de Perón não teria condições de ser um aliado à altura da grande potência liberal que era os EUA. Além de ser um país estável, o Brasil possuía o nordeste brasileiro, que é para o autor a zona de soldadura entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul que era o bastião de defesa do "gargalo" oceânico das cidades de Natal e Dakar.

Figura 6 – Estrutura de defesa do Atlântico Sul



Fonte: Silva (1981).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante observar que Travassos e Golbery possuem um ponto comum: a visão da política continental. Para aprimorar o potencial de guerra brasileiro, o autor defende a integração do território nacional, fragmentado desde a época da colonização em *"Arquipélagos econômicos"* (SILVA, 1981, p. 45). Para Golbery, o Brasil deveria ser o país-chave para a integração da América do Sul, articulando a zona de soldadura da bacia do Amazonas e da Bacia do Prata ao seu ecúmeno industrial (SILVA, 1981, pp. 58-59).

Assim sendo, existe uma complementariedade de ideias suficientes entre Golbery do Couto e Silva e Mário Travassos. Ao tomar emprestada, com poucas modificações, a visão do autor da década de 1930, Golbery conseguiu ter originalidade com o seu pensamento hemisférico e insular. Mantém distância de Travassos, contudo, no plano das convicções, ao se defrontar com as cruezas da era nuclear, sentiu que a concepção do Estado Westfaliano estava prestes a acabar.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, M. "A Guerra do Chaco". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 41, n. 1, 1998.

CERVO, A. L. **Relações Internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2013.

CHILE. **Tratado de paz y amistad entre Chile e Bolívia**. Santiago: Asembleia Constituinte, 1904.

CURSINI, C. "Os artigos de Carlos Meira Mattos no Correio Paulistano entre os anos de 1948 a 1949". **Revista de Geopolítica**, vol. 13, n. 3, 2022.

FÁVARO MARTINS, M. A. **Construtores da Geopolítica Sulamericana**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

FÁVARO MARTINS, M. A.; MARTIN, A. R. "O retorno da Geopolítica e a atualidade de Ratzel: notas sobre um debate brasileiro". **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, vol. 51, 2018.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

GUGLIALMELLI, J. E. **Geopolítica del cone sul**. Buenos Aires: Editora El Cid, 1978.

MARTIN, A. R. **Geopolítica e poder mundial**: o anti-Golbery. São Paulo: Editora Hucitec, 2018.

MELLO, L. I. **Argentina e Brasil**: A balança de poder no Cone Sul. São Paulo: Editora Annablume, 1996.

MONTEIRO, E. L. "O pensamento da geopolítica de Golbery Couto e Silva". **Revista de Geopolítica Transfronteiriça**, vol. 4, n. 1, 2020.

REGIANI, R. "Meridionalismo: o novo paradigma da geopolítica brasileira?" **Revista de Geopolítica**, vol. 11, n. 1, 2020.

SABOYA, A. N. "O pensamento de Mario Travassos e a política externa brasileira". **Revista de Geopolítica**, vol. 9, n. 2, 2018.

SCENNA, M. A. **Argentina – Brasil**: Cuatro siglos de rivalidad. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1975.

SILVA, G. C. **Conjuntura política nacional o poder Executivo e Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1981.

SOUZA, M. O.; VISENTINI, P. G. F. "A importância geoestratégica do Nordeste brasileiro no pensamento de Therezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos". **Revista de Geopolítica**, vol. 14, n 3, 2023.

SPYKMAN, N. J. **Estados Unidos frente al mundo**. Cidad de México: Fondo de Cultura Economica, 1944.

TRAVASSOS, M. **Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1942.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1947.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 16 | Nº 47| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima